

BJIR

Brazilian Journal of International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 12 | edição nº 1 | 2023

*A distinção da China entre os BRICS (2009-2019): uma
explicação pela nova economia do projeto*

Rafael Queiroz Alves e Luty Guilherme Fortes

 **Igepri**
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 **unesp**
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

A DISTINÇÃO DA CHINA ENTRE OS BRICS (2009-2019): UMA EXPLICAÇÃO PELA NOVA ECONOMIA DO PROJETAMENTO

CHINA'S DISTINCTION AMONG THE BRICS (2009-2019): AN EXPLANATION THROUGH NEW PROJECTMENT ECONOMY

Rafael Queiroz Alves¹ e Luty Guilherme Fortes²

RESUMO

Este artigo pretende expor a distinção da China entre os membros dos BRICS desde a fundação do grupo em 2009 até 2019 a partir da perspectiva disposta pelo conceito de Nova Economia do Projetamento. Primeiramente serão analisadas as conjunturas de comércio exterior e investimentos da China direcionados aos membros dos BRICS, expondo dados que corroboram que a China é a economia mais robusta entre os países do agrupamento e que os índices de complexidade econômica estão relacionados com os desempenhos de crescimento de cada um dos países. Em seguida, será constatado que a China passou por um processo de industrialização rumo ao centro da cadeia de produção global e proeminência nos BRICS. Assim, uma capacidade endógena para esta movimentação será conferida ao desenvolvimento da Nova Economia do Projetamento. Conclusivamente, os modelos de desenvolvimento econômico adotados por Brasil, Rússia, Índia e África do Sul expressam limites aos níveis de industrialização impostos pelo capital comercial rural e pela financeirização nos âmbitos interno e externo, respectivamente, que explicam a assimetria existente no grupo.

PALAVRAS-CHAVE: BRICS. China. Complexidade econômica. Nova Economia do Projetamento. Desenvolvimento econômico.

SUMMARY: This article aims to expose China's distinction among BRICS members from the group's founding in 2009 to 2019 through the perspective brought by the concept of New Projectment Economy. First, the data conjunctures on China's foreign trade and investments aimed at BRICS

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus de Marília, na linha de Relações Internacionais e Desenvolvimento e bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Bacharel em Relações Internacionais pela mesma instituição, realizou pesquisa de Iniciação Científica sobre a política externa chinesa com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Publicou artigos relacionados às políticas externas de Brasil e China e às disputas geopolíticas contemporâneas em torno da Ásia. Tem experiência na área de Relações Internacionais, Ciência Política e Geopolítica. É membro da Rede Brasileira de Estudos da China (RBCHINA), do Grupo de Pesquisas dos BRICS (GPBRICS) e do Grupo de Estudos Neoliberalismos e Capitalismos (NELCA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8341-8220>.

² Graduado em Licenciatura em História (2021) pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e mestrando em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Premiado com segundo lugar na categoria "Destaque geral" da IX SEMCITEC (Semana de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento de Guarulhos) 2020 com o trabalho intitulado "Os modos de morar no Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães Prado (1972- 1985)". Tem experiência na área de Ciências Sociais, Economia Política e História econômica, atuando principalmente nos seguintes temas: Neoliberalismo, Marxismo, Crítica da Economia Política, Formação Social Brasileira e Subjetividade. É membro do Grupo de Estudos NELCA - Neoliberalismos e Capitalismos da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), cadastrado no CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5215-4827>.

members are analyzed. The data corroborate that China is the most robust economy among the countries in the grouping and that the economic complexity indexes are related to the performance of each of them. Then, it is found that China has gone through an industrialization process towards the center of the global production chain and prominence in the BRICS. Thus, an endogenous capacity for this movement is conferred on the development of the New Projectment Economy in China. Conclusively, the economic development models adopted by Brazil, Russia, India and South Africa express limits imposed internally by rural commercial capital and externally by financialization which explain the existing asymmetry in the group.

KEYWORDS: BRICS. China. Economic Complexity. New Projectment Economy. Economic development.

INTRODUÇÃO

Os países dos BRICS³ têm estratégias de desenvolvimento distintas, apesar de estarem inseridos conjuntamente em uma iniciativa diplomática que representa a busca por maior autonomia no sistema internacional. As diversas inserções destes atores no sistema internacional determinam diferentes resultados em torno do objetivo que os une. O alinhamento entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul foi possibilitado devido às condições e necessidades que possuem em comum. Todavia, comparações de desempenho dos BRICS evidenciam uma assimetria a favor da China, membro que mais cresceu economicamente e ampliou participação na governança internacional desde a fundação do grupo diplomático em 2009 até o ano de 2019.

O grupo diplomático ganhou forma a partir das necessidades de adaptação das potências emergentes advindas do terceiro mundo à ordem internacional liberal e globalizada protagonizada pelos Estados Unidos e pela Europa Ocidental. Desse modo, os BRICS se expressam praticamente por condutas orientadas às instituições financeiras e de mercado a partir da manifestação de seus interesses estratégicos. Por exemplo, em 2012 foi realizada a reunião prévia dos líderes do agrupamento na cúpula do G20 em Los Cabos, e a decisão desdobrada confirmou contribuições dos membros ao financiamento do Fundo Monetário Internacional⁴. Assim, foi conformada a iniciativa de desenvolver um fundo de reservas para os países.

³ Acrônimo que representa o agrupamento diplomático multilateral entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (esta última se unido posteriormente). O título foi dado pelo economista Jim O'Neill (2001) em um artigo que apontava as tendências econômicas de ascensão dessas potências emergentes. Tais atores, que já possuíam articulações diplomáticas comuns em prol das necessidades compartilhadas de adaptação à ordem internacional marcada pela globalização, concretizaram um avanço multilateral em suas relações através da criação do grupo.

⁴ “A China anunciou US\$ 43 bilhões adicionais; o Brasil, a Rússia e a Índia, US\$ 10 bilhões cada; África do Sul, US\$ 2 bilhões. Na rodada anterior de levantamento de empréstimos para o FMI em 2009, os BRICS entraram com o equivalente a US\$ 92 bilhões - a China, com US\$ 50 bilhões; Brasil, Rússia e Índia, com US\$ 14 bilhões cada” (BATISTA JUNIOR, 2019, p. 238-9).

Os dados referentes ao financiamento do Arranjo Contingente de Reservas (ACR)⁵ e à política construída em torno desta instituição apontam para um caráter inclusivo, o acesso dos países aos recursos é determinado pelos valores de suas contribuições multiplicados por números determinados para cada país de acordo com seu porte. O número multiplicador da China é 0,5; do Brasil, Rússia e Índia é 1 e da África do Sul, 2. Dessa maneira, o país asiático assume uma posição de auxiliar, enquanto Brasil, Rússia e Índia ficam em posição intermediária e o país africano ganha maior espaço para obter recursos.

Ademais, no tocante ao Banco dos BRICS ou Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), fundado em 2014, após a assinatura do Convênio Constitutivo na cúpula dos BRICS em Fortaleza (BRICS INFORMATION CENTRE, 2014), com fins de financiamento de obras de infraestrutura sustentável, os cinco países têm as mesmas proporções de capital, além de igualdade de direitos de votos nas tomadas de decisões institucionais estruturadas pelo princípio de maioria simples ou qualificada⁶.

No entanto, a assimetria entre os BRICS, que pode ser constatada em termos de diferentes taxas de crescimento anual, é constatada pela grandeza dos PIBs e capacidades de contribuições com os fundos institucionais. A respeito das grandezas econômicas há a seguinte hierarquia respectiva: China, Índia, Brasil, Rússia e África do Sul⁷.

Os pesos nacionais diferentes no financiamento dos fundos do Banco são espelhos que refletem mais ou menos os fundamentos estratégicos de cada associado. Estes diferentes instrumentos são úteis para avaliar as relações entre todos para que sejam identificados os avanços e as contradições do processo estudado.

O objetivo deste artigo é realizar um breve balanço das dinâmicas econômicas dos BRICS a partir do reconhecimento de que a China atingiu resultados assimétricos em comparação com os demais atores envolvidos no grupo diplomático. Assim, especificamente, são sistematizadas as relações comerciais e os investimentos mútuos dos BRICS, é feito um balanço de ganhos e perdas deste processo em torno de transações, investimentos e projetos de curto e longo prazo, e são investigadas as potencialidades das economias dos BRICS.

⁵ Partindo de um valor inicial de US\$ 100 bilhões, o Arranjo Contingente de Reservas conta com a seguinte distribuição de fornecimento monetário: China entrou com US\$ 41 bilhões; Brasil, Rússia e Índia entraram com US\$ 5 bilhões; e África do Sul, com US\$ 5 bilhões (Ibid., p. 243).

⁶ “O banco tem capital integralizado de US\$ 10 bilhões, subscrito de US\$ 50 bilhões e autorizado de US\$ 100 bilhões. O capital é distribuído em parcelas iguais entre os cinco membros fundadores, que têm assim o membro poder de voto” (Ibid., p. 244).

⁷ Ver gráfico 1.

A questão que se busca responder deve ser uma que diga respeito aos interesses e expectativas convergentes dos atores que compõem os BRICS através da consideração simultânea de suas trajetórias econômico-políticas. Os BRICs originais, reunidos em 2009, antes da inserção da África do Sul (em 2011), são formações econômico-sociais com níveis distintos de dependência, enquadradas entre os dez maiores países do mundo em território e população. Todos desenvolveram graus de vínculos de interdependência com a China, mas não com os demais atores do grupo. A China foi capaz de ascender, mantendo altos padrões de crescimento econômico por ano e intensificando sua liderança no sistema internacional, já os demais atores tiveram seus processos de desenvolvimento interrompidos por crises econômicas e políticas.

Desse modo, o artigo se dispõe a responder a seguinte questão-problema: Por que a economia chinesa foi a que mais se desenvolveu nos BRICS durante o período de 2009 a 2019?

A hipótese a ser testada é a seguinte: A criação dos BRICS representou o aprofundamento multilateral de relações diplomáticas, econômicas e culturais dos envolvidos rumo a um patamar de interdependência assimétrica. Uma análise de dados macroeconômicos dos BRICS de 2009 a 2019 pelo *Observatory of Economic Complexity* (OEC) indica padrões relevantes. A inserção chinesa consistiu principalmente no deslocamento ao centro da divisão internacional do trabalho pela intensificação de exportações de mercadorias industrializadas de alto valor agregado e investimentos infraestruturais projetados para os demais membros. Por outro lado, Brasil, Rússia e África do Sul se consolidaram como primário-exportadores periféricos ou quase semiperiféricos, enquanto a Índia se movimentou para um patamar semiperiférico de preservação industrial relativa, mas ainda inferior aos aportes chineses. Um balanço deste sistema relacional de vantagens comparativas aponta para maiores avanços comerciais de uma China industrializante, e, em compensação, o desenvolvimento de todos os membros nos âmbitos de investimentos e infraestrutura. Estas dinâmicas compõem parte do ambíguo processo de desenvolvimento econômico chinês.

Para avaliar tal processualidade, a Nova Economia do Projeto pode explicar a adaptação superior da China nos BRICS. Sendo assim, a perspectiva teórica deve dar andamento à exposição para indicar que as formações econômico-sociais são fatores endógenos que justificam o desempenho dos atores do grupo, ainda que a inserção chinesa traga condicionamentos externos aos BRICS.

Para traçar linhas gerais de resposta à questão-problema por meio da hipótese levantada, o artigo é dividido em dois tópicos que sucedem esta introdução. No primeiro, são expostos dados de complexidade econômica (HAUSMANN, 2014; HIDALGO, 2015; HIDALGO, 2021)

obtidos pelo *Observatory of Economic Complexity* para indicar quais foram as transformações no desenvolvimento econômico dos BRICS de 2009 a 2019 a partir de uma avaliação da composição de balanças comerciais, são exibidos dados sobre os investimentos chineses em cada país em análise obtidos pela plataforma *China Global Investment Tracker*, e uma breve análise concreta sobre os processos de industrialização desses países é feita. Por fim, é dado enfoque no conceito de “Nova Economia do Projeto” trazido à tona por Elias Jabbour e Alberto Gabriele (2021) para explicar a distinção econômico-política chinesa.

O recorte temporal se justifica por buscar compreender um período de padrão de relacionamento dinâmico e multissetorial, envolvendo relações econômicas, diplomáticas e culturais, delimitado desde a criação dos BRICS (2009) até um abalo específico e significativo que dá início a um novo momento caracterizado por busca dos Estados e sociedades civis por medidas de contenção à crise global causada pela pandemia de COVID-19 em instituições político-econômicas do mundo inteiro (2019). Coincidentemente, a delimitação se dá entre duas distintas crises econômicas globais (2008 e 2020), representando, então, um período de adaptações à primeira, de cunho financeiro⁸.

Este breve estudo de revisão bibliográfica faz uso das metodologias dedutiva, qualitativa-quantitativa, estatística, histórica e comparativa. Os documentos e dados relativos a investimentos e comércio foram obtidos por documentos institucionais oficiais (NEW DEVELOPMENT BANK, 2021; BRICS Information Centre, 2021) e bases de dados de sites selecionados (AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE, 2021; OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2021; WORLD BANK, 2019). São considerados o histórico dos BRICS, dados macroeconômicos referentes as balanças comerciais e investimentos realizados pela China em direção aos demais membros do grupo.

O PANORAMA DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS ENTRE OS BRICS

A situação macroeconômica e de investimentos entre os BRICS é determinada pela gradação categórica entre níveis que variam da primarização à industrialização observada em suas balanças comerciais. Resultados de processos inseridos dentro desta dinâmica são ilustrados pelo aumento da complexidade econômica e das riquezas dos BRICS por ano.

⁸ A crise financeira global de 2008, desencadeada pela falência do banco de investimentos Lehman Brothers nos Estados Unidos, trouxe consequências em termos de capacidades de fornecimento de crédito, determinando um cenário de recessão. Os BRICS, articulados logo em seguida, representaram uma movimentação dos países em desenvolvimento interessados em se adaptarem à ordem internacional marcada pela globalização e pela interdependência que fora construída no século XXI e então enfrentava um de seus maiores desafios.

O método de avaliação de complexidade econômica em distribuição geográfica tem como ponto de partida a mensuração de “conhecimento” e “*know-how*”⁹ que permeiam as forças produtivas de cada sociedade. Para que essas variáveis sejam identificadas, um fator central é a distribuição territorial das indústrias, uma vez que esta modalidade de unidades produtivas é uma expressão de “conhecimento” e “*know-how*” essenciais às redes de pessoas e empresas presentes em cada local. Segundo Hidalgo:

Expressões imperfeitas das conexões internacionais entre indústrias e locais são incorporadas em dados comerciais resumindo os produtos exportados e importados por cada país; para as economias locais, esses dados podem ser encontrados em registros de governo, como a residência fiscal das empresas, contribuições de pessoas para fundos de seguridade social e censos industriais (2015, p. 126-7, tradução nossa).

A complexidade econômica é definida pelo uso de técnicas de rede e *machine learning* para identificar tendências e explicar as trajetórias econômicas de países e regiões. Quanto mais *know-how* se faz necessário ao longo da cadeia produtiva para que uma mercadoria seja concluída, maior valor é agregado a esta. Conhecimento acumula valor, então produtos mais complexos são proporcionalmente mais valorosos. A variedade de formas de progresso técnico pode encontrar um denominador comum: aumento de produtividade e de qualidade dos bens produzidos (ROSENBERG, 2006).

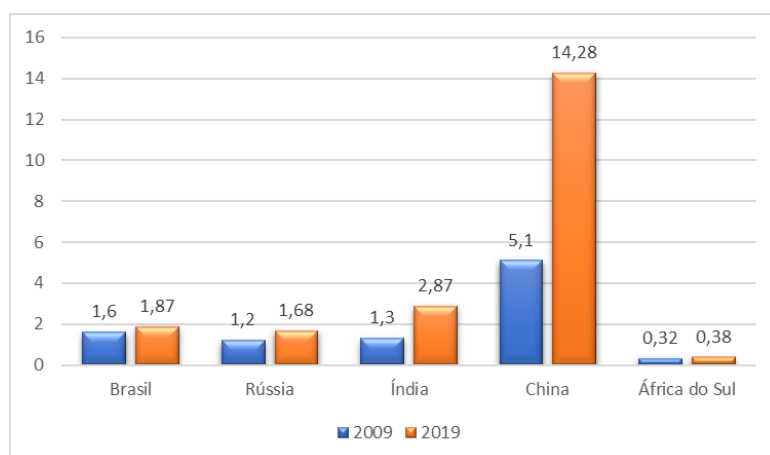
A evolução da complexidade econômica na China e na Índia está relacionada com o crescimento superior destas duas economias em comparação com as dos demais membros do grupo diplomático em questão. A complexidade de uma economia traz resultados no mercado de trabalho, na renda populacional e no crescimento econômico (HIDALGO, 2021). Brasil, Rússia e África do Sul sofreram regressões em complexidade econômica e, logo, seus PIBs cresceram menos do que os da China e da Índia.

Observando o desempenho geral dos BRICS em perspectiva abrangente e comparativa, pode-se notar que: 1) O montante dos PIBs saltou de cerca de US\$ 9,49 trilhões para US\$ 21,05 trilhões; 2) há uma disparidade extravagante do crescimento econômico chinês em comparação com todos os demais países; 3) a Índia é o segundo país que mais cresceu, tendo conseguido mais que dobrar seu PIB, mas ainda está distante da robustez chinesa; 4) apenas China e Índia aumentaram seus níveis de complexidade econômica, enquanto todos os demais tiveram essa

⁹ *Know-how* se refere ao conjunto de conhecimentos de normas e técnicas profissionais adquiridos através de formação científica. Está relacionado com os reflexos do nível de escolaridade e de desenvolvimento de estruturas educacionais de uma sociedade sobre a produtividade econômico-industrial desta.

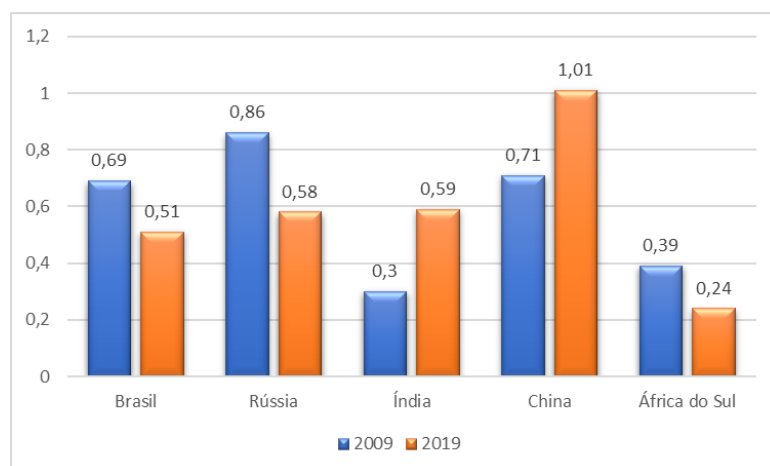
quantificação reduzida; 5) a proporção e a qualidade do desenvolvimento econômico dos BRICS têm relação com processos de complexificação de suas capacidades produtivas.

Gráfico 1: PIBs dos BRICS (de 2009 a 2019 em trilhões de dólares)



Fonte: Banco Mundial

Gráfico 2: Complexidades econômicas dos BRICS (de 2009 a 2019)



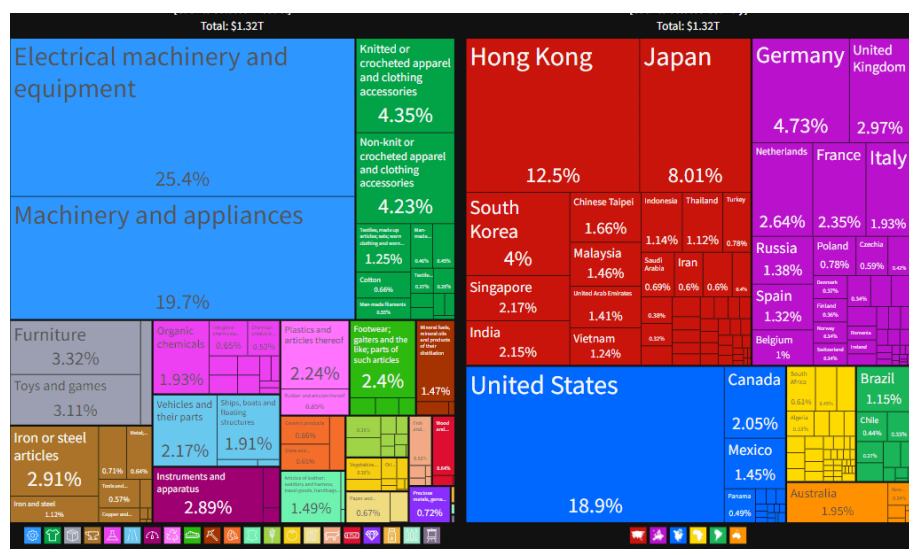
Fonte: Observatory of Economic Complexity

Esta complexidade econômica tem concretude pelas composições de balanças comerciais. Para ilustrar estas conjunturas, primeiramente serão expostos dados comerciais obtidos pelo *Observatory of Economic Complexity* (2021) considerando os três principais tipos de mercadorias exportadas e importadas de cada BRICS referentes a 2009 e, em seguida, a 2019 dentro da escala de profundidade 2 do Sistema Harmonizado de comércio internacional, que

generaliza mercadorias centrais às balanças comerciais dos países analisados¹⁰. Desse modo, padrões de permanência ou mudança devem ser brevemente identificados e, em seguida, serão feitas análises destes aspectos capazes de caracterizar os eixos estruturais desses países. O objetivo é fazer um recorte limitado da expressão concreta dos perfis dos BRICS na economia mundial.

A seguir, serão expostos os dados acerca das exportações e importações dos BRICS em 2009 e 2019. Dessa maneira, variações nos quadros de produtos que compõem as balanças comerciais de cada país poderão ser observadas, além das que são tocantes aos destinos e origens dos fluxos de mercado. Processos de industrialização ou desindustrialização e de aproximações e distanciamentos dos países podem ser observados.

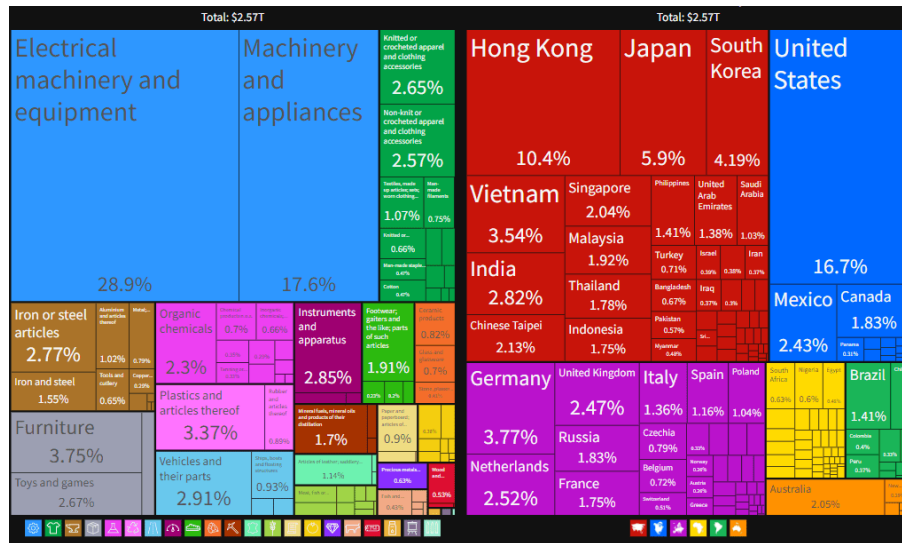
Quadro 1 – Exportações da China em 2009



Fonte: Observatory of Economic Complexity

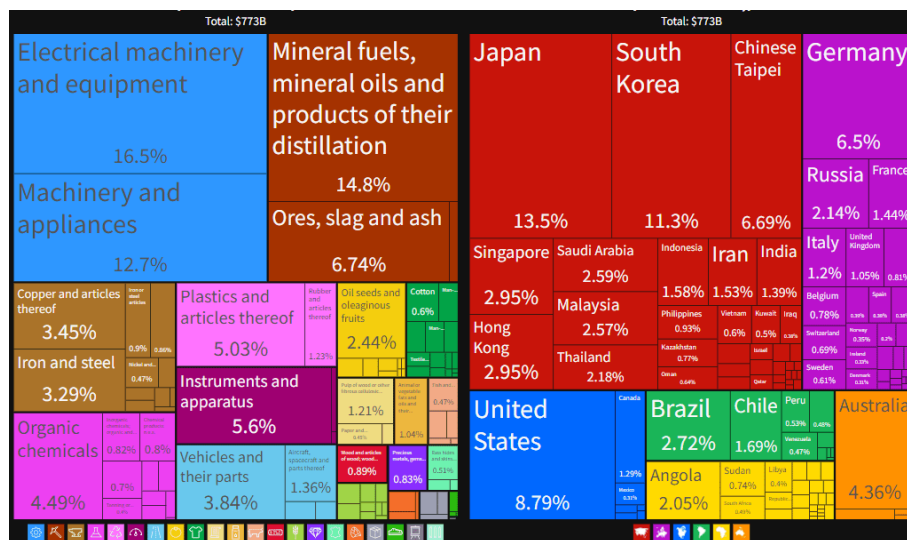
¹⁰ O Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias é uma nomenclatura aduaneira utilizada internacionalmente. Trata-se de um sistema padronizado de classificação de exportações e importações necessário para a elaboração de estatísticas de comércio internacional que foi desenvolvido e mantido pela Organização Mundial das Alfândegas (SISCOMEX, 2021). As escalas de profundidade expressam especificidades maiores ou menores das categorias de mercadorias em circulação no comércio internacional. A escala adotada é mais abrangente e, assim, aponta as gradações agrárias e industriais das economias estudadas (CAPARROZ, 2018).

Quadro 2 – Exportações da China em 2019



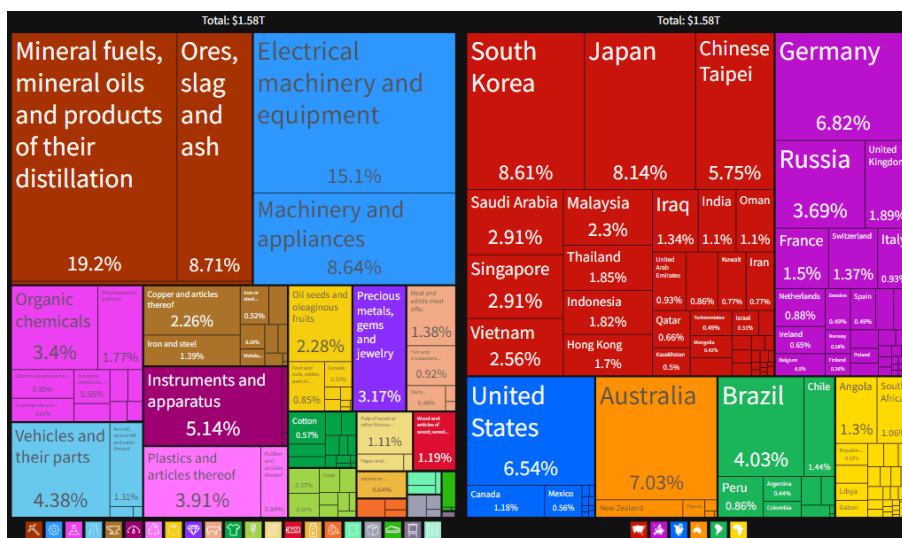
Fonte: Observatory of Economic Complexity

Quadro 3 – Importações da China em 2009



Fonte: Observatory of Economic Complexity

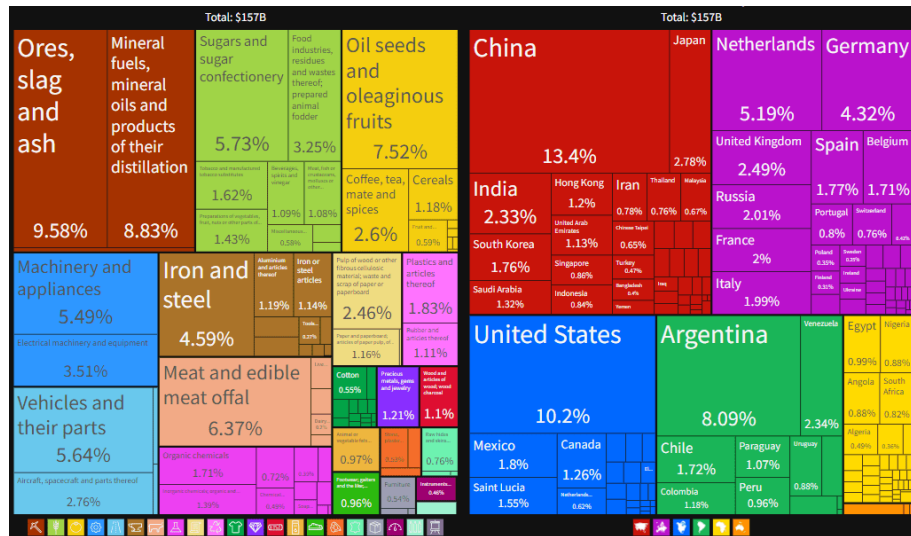
Quadro 4 – Importações da China em 2019



Fonte: Observatory of Economic Complexity

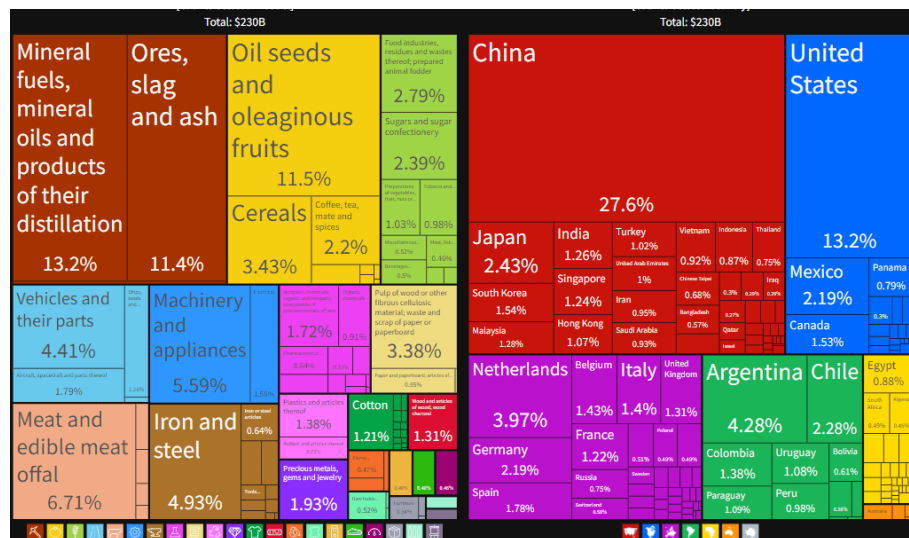
A variação da centralidade de produtos da balança comercial chinesa de 2009 a 2019 fornece algumas sinalizações sobre as evoluções ocorridas no sistema econômico do país: 1) o aprofundamento quantitativo da comercialização de mercadorias da mesma categoria tecnológica; 2) a constância industrial; 3) a transição da condição qualitativa de importador de tecnologia para importador de produtos do setor primário necessários ao aprofundamento das dinâmicas industrializantes em voga; 4) a redução da porcentagem das três principais mercadorias de importações aponta para um aumento de variação; e 5) os Estados Unidos permanecem entre os parceiros comerciais mais importantes, mas não figuram mais entre as três maiores fontes de importação provavelmente por conta do distanciamento geoestratégico iniciado pela gestão de Donald Trump (2017-2020) e devido à política externa multilateral da China que através da Iniciativa Cinturão e Rota (que não conta com a presença americana) expandiu relações comerciais com sua circunvizinhança.

Quadro 5 – Exportações do Brasil em 2009



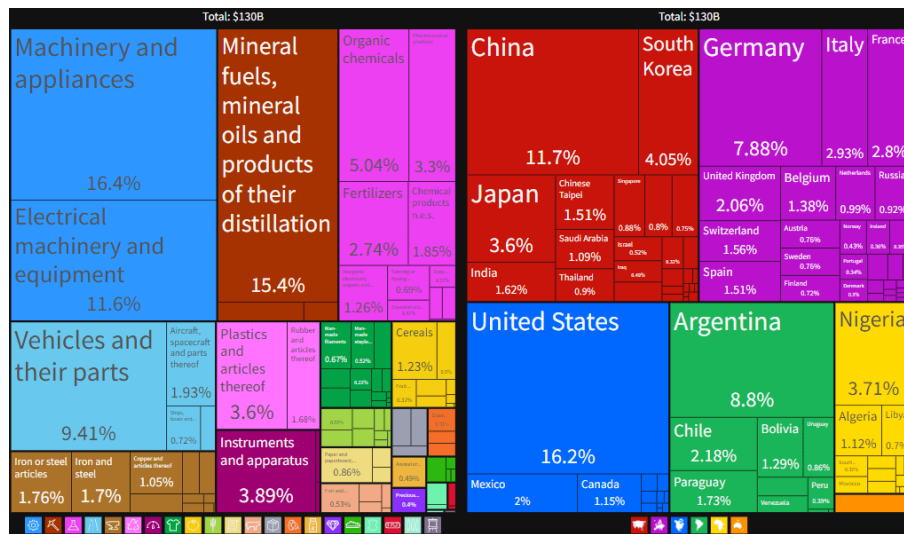
Fonte: Observatory of Economic Complexity

Quadro 6 – Exportações do Brasil em 2019



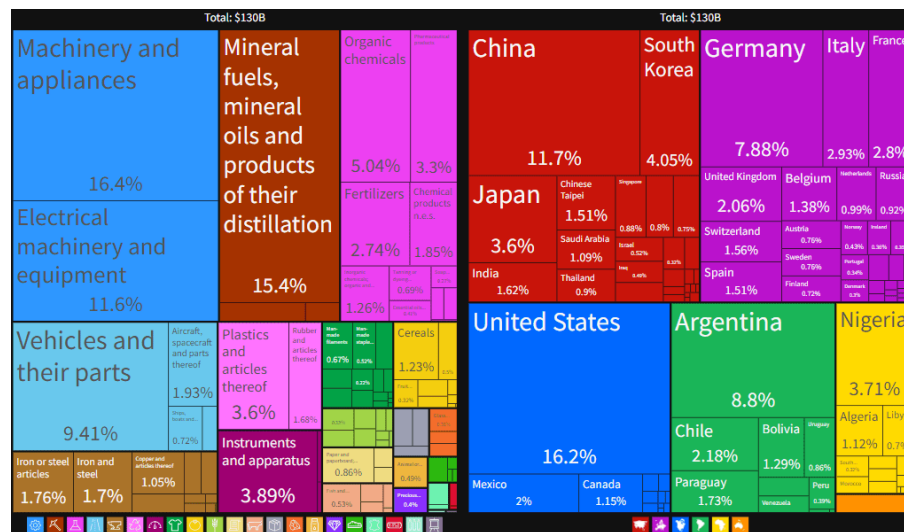
Fonte: Observatory of Economic Complexity

Quadro 7 – Importações do Brasil em 2009



Fonte: Observatory of Economic Complexity

Quadro 8 – Importações do Brasil em 2019

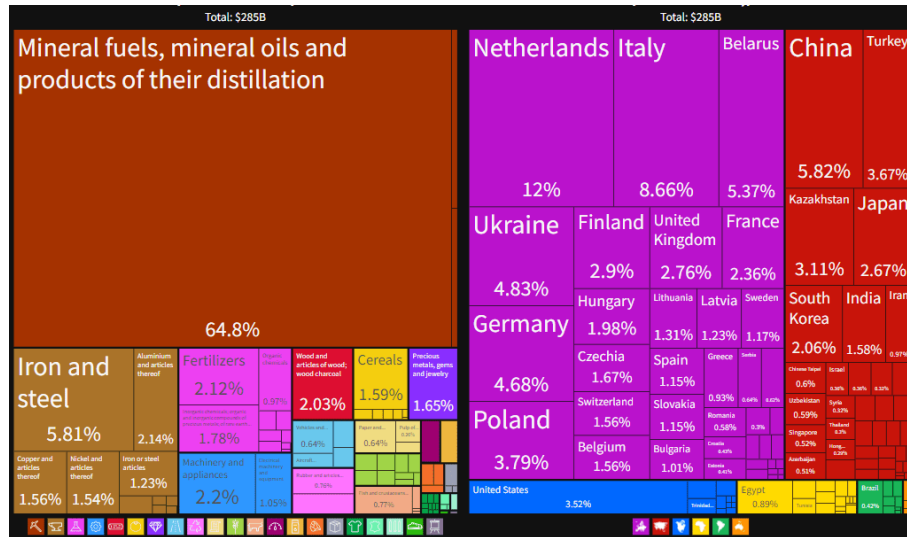


Fonte: Observatory of Economic Complexity

Comparando o desempenho econômico nacional de 2009 com 2019, pode-se perceber que: 1) os ramos produtivos mais expressivos passaram a ocupar maior espaço na balança comercial em 2019, gerando maior dependência setorial; 2) o mercado de soja sofreu uma expansão bilionária que o tornou mais relevante às exportações brasileiras do que o de minérios; 3) após o início da exploração do pré-sal, em 2010, a economia brasileira ganhou um novo impulso que tornou a exportação de combustíveis fósseis a maior atividade econômica internacional do Brasil e 4) desde a criação dos BRICS, entre o grupo, o Brasil é o país que

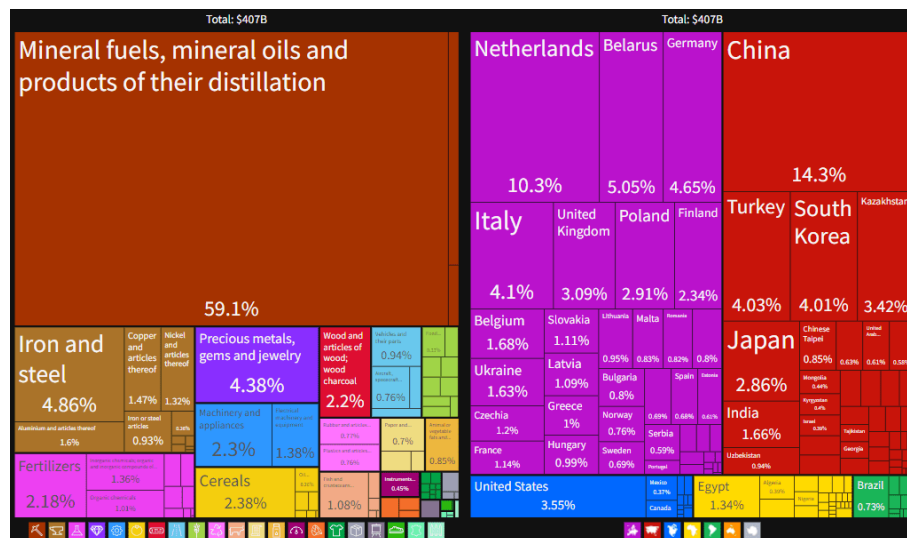
sofreu a segunda maior redução de complexidade econômica (-0,18) e o segundo que menos cresceu (US\$ 0,27 trilhão).

Quadro 9 – Exportações da Rússia em 2009



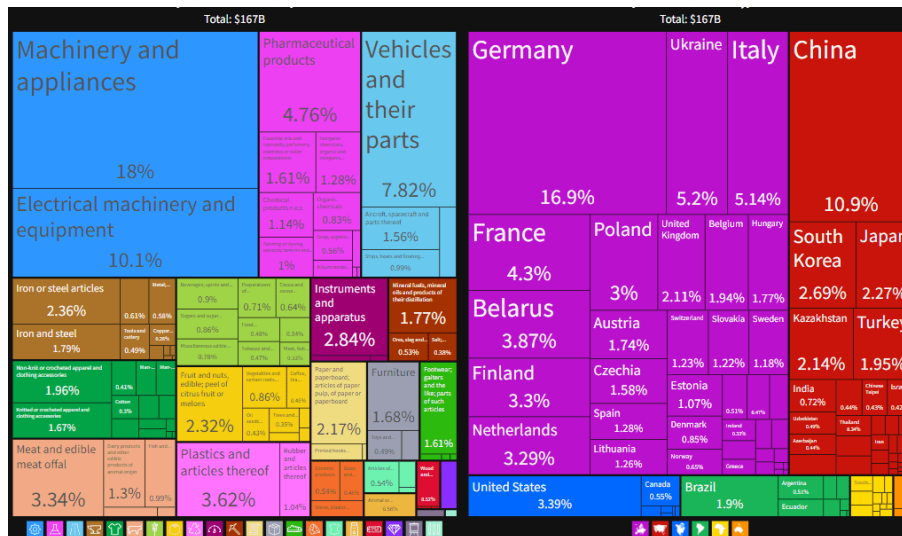
Fonte: Observatory of Economic Complexity

Quadro 10 – Exportações da Rússia em 2019



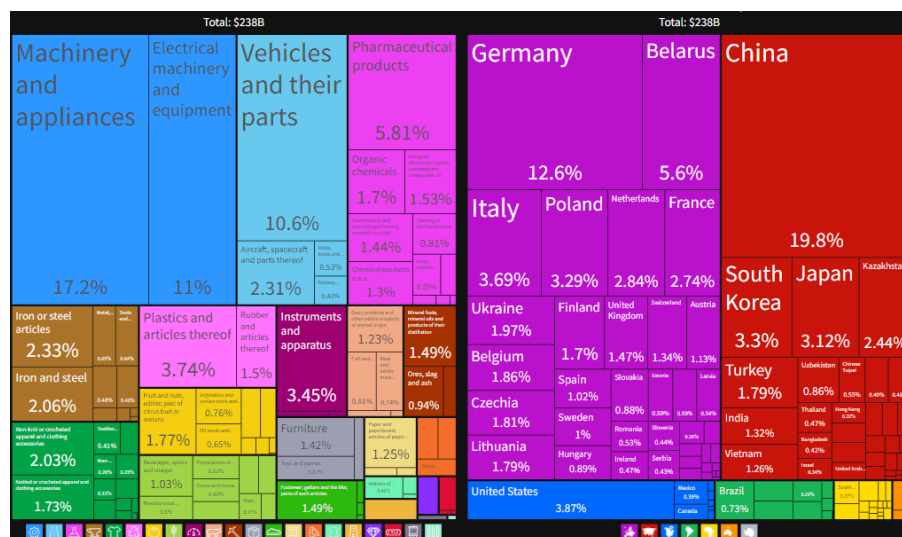
Fonte: Observatory of Economic Complexity

Quadro 11 – Importações da Rússia em 2009



Fonte: Observatory of Economic Complexity

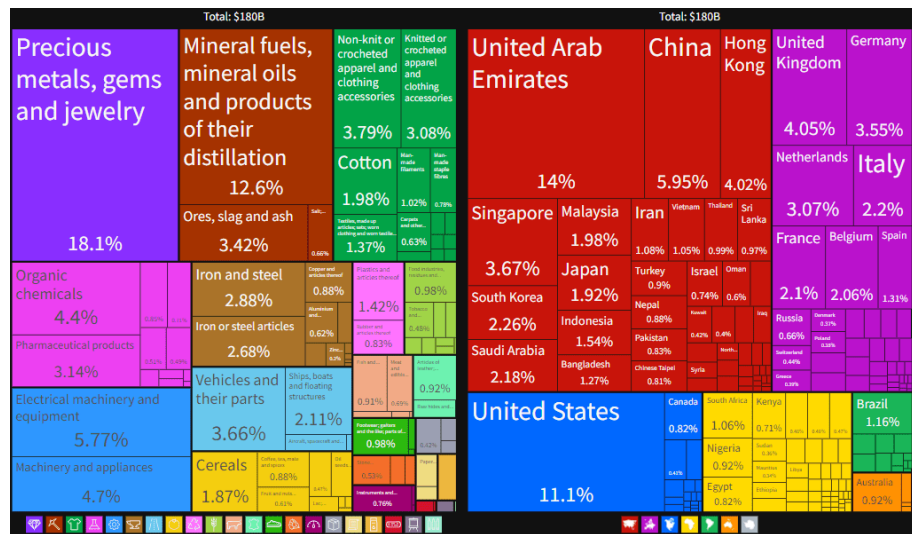
Quadro 12 – Importações da Rússia em 2019



Fonte: Observatory of Economic Complexity

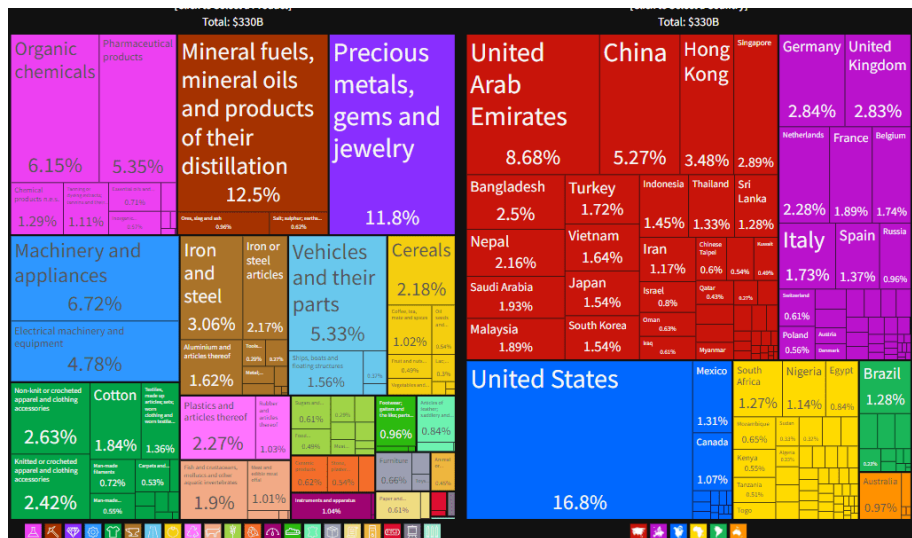
Observações gerais sobre os desdobramentos da economia russa: 1) a Rússia tinha a segunda maior complexidade econômica entre os BRICS, (0,86), quando de sua fundação, possivelmente devido à herança de potência industrial adquirida ao longo do século XX e, em especial, na Guerra Fria devido à corrida tecnológica e espacial travada com os Estados Unidos; 2) é o integrante dos BRICS que sofreu a maior redução de complexidade econômica de 2009 a 2019 (-0,28); 3) apesar disso, o PIB russo apresentou um crescimento (US\$ 0,48 trilhão) ligeiramente maior que o brasileiro (US\$ 0,27 trilhão); 4) hoje, a complexidade econômica russa (0,58) está quase no mesmo nível da indiana (0,59).

Quadro 13 – Exportações da Índia em 2009



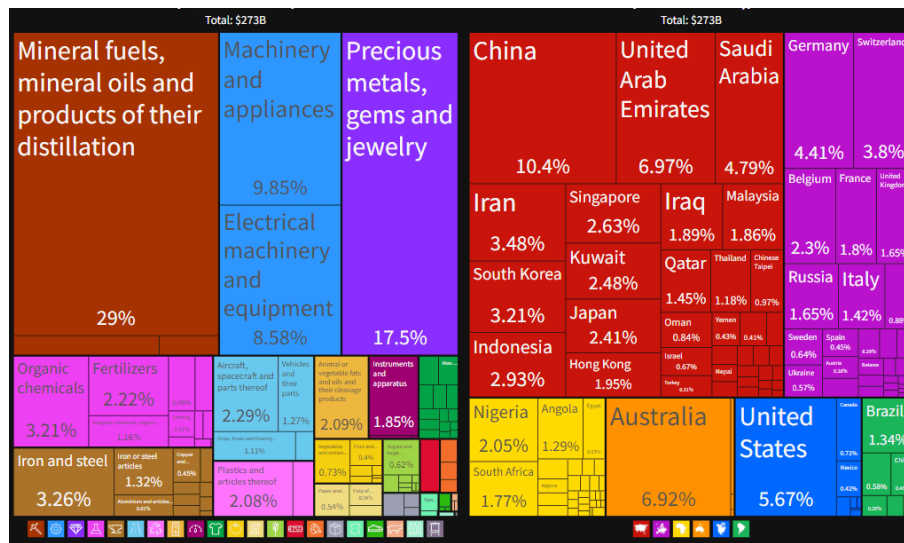
Fonte: Observatory of Economic Complexity

Quadro 14 – Exportações da Índia em 2019



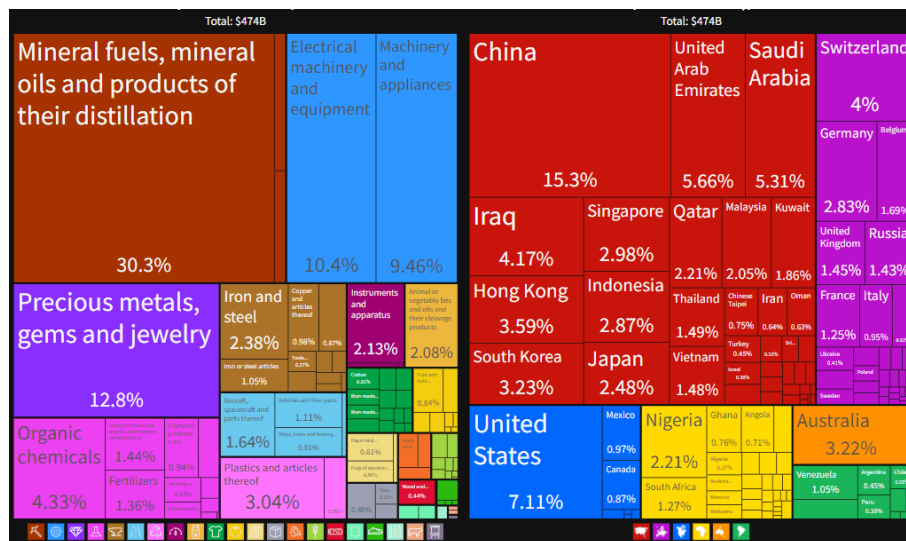
Fonte: Observatory of Economic Complexity

Quadro 15 – Importações da Índia em 2009



Fonte: Observatory of Economic Complexity

Quadro 16 – Importações da Índia em 2019

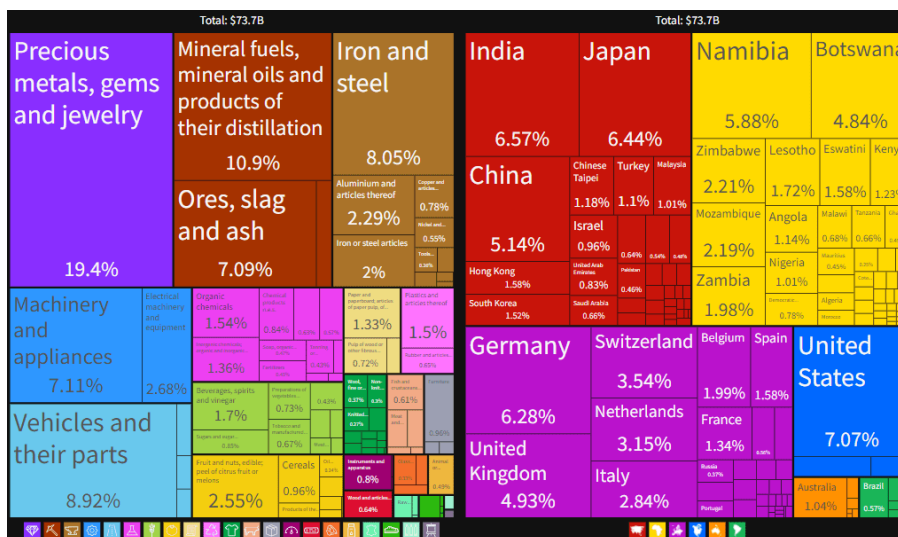


Fonte: Observatory of Economic Complexity

Perante o panorama exposto, pode-se declarar que: 1) a Índia é o segundo país que mais avançou em termos de complexidade econômica (+0,29) no período de 2009 a 2019; 2) a progressão de complexidade indiana é quase a mesma que a da China nesse período (+0,30); 3) mas a complexidade da economia da Índia (0,59) ainda é muito inferior à da China (1,01), representando pouco mais que a sua metade; 4) em última instância, todavia, a Índia é uma superpotência latente, superpopulosa e capaz de produzir tanto quanto a sua vizinha, conforme

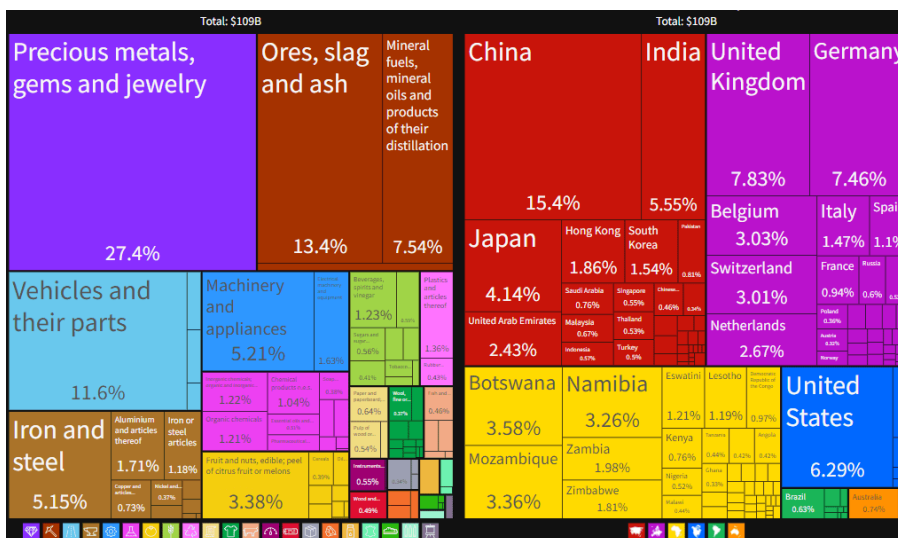
indicam os padrões históricos milenares em que ambas as civilizações sempre revezaram o posto de maiores economias do mundo¹¹.

Quadro 17 – Exportações da África do Sul em 2009



Fonte: Observatory of Economic Complexity

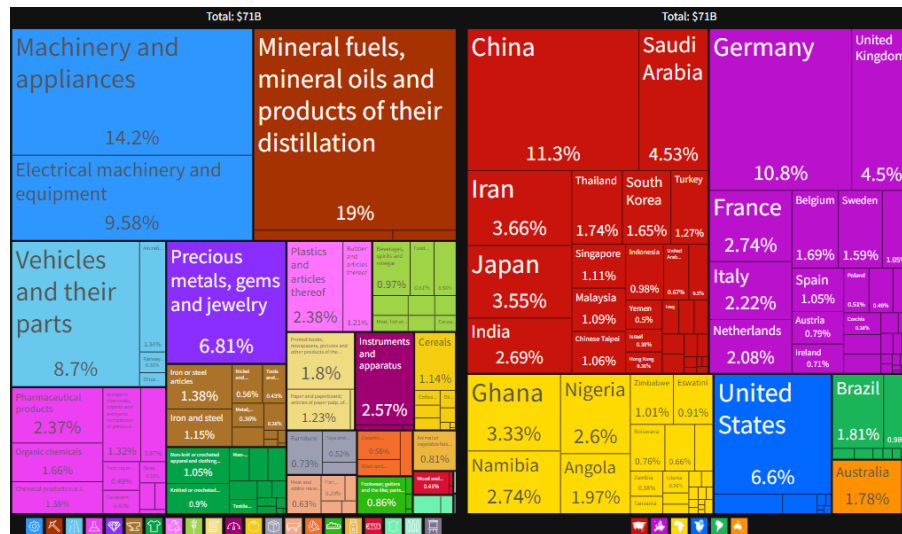
Quadro 18 – Exportações da África do Sul em 2019



Fonte: Observatory of Economic Complexity

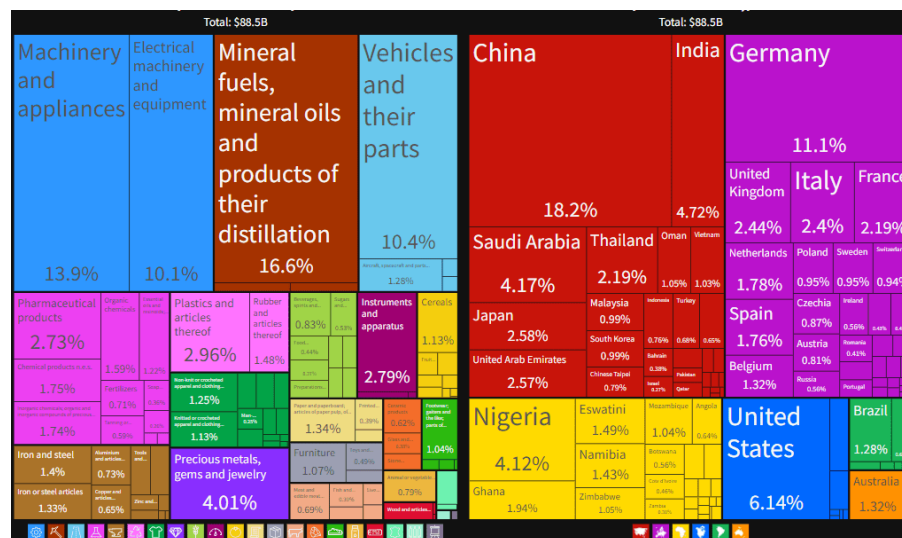
¹¹ Analisando as economias mundiais por paridade do poder de compra, do século I ao XVIII a China, Índia e o conjunto dos Estados do continente europeu alternavam regularmente o posto de detentor do maior PIB do mundo. No contexto da modernidade, de 1820 a 1870 a China atingiu seu ápice quando se afirmou com um PIB de 228.6 bilhões de dólares, ficando à frente da Europa, que tinha 184.8 bilhões, e da Índia com 111.4 da mesma ordem (MADDISON, 2007).

Quadro 19 – Importações da África do Sul em 2009



Fonte: Observatory of Economic Complexity

Quadro 20 – Importações da África do Sul em 2019



Fonte: Observatory of Economic Complexity

As observações sobre a África do Sul devem ser feitas pela ressalva de que o país foi convidado tardiamente pela China para compor o grupo em 2011, durante a terceira cúpula dos BRICS, então seu desempenho econômico nos anos de 2009 e 2010 não deve ser relacionado com possíveis efeitos das declarações e produções dos BRICS¹². A data de 2009 foi mantida

¹² É evidente que entre todos os integrantes, a África do Sul possui o menor território, a menor população e a menor economia e, por isso, sua inserção era inesperada. Outras potências africanas, como Argélia e Egito, poderiam ter sido convidadas por disporem de uma adequação maior em termos geográficos. Por outro lado, a África do Sul possui o estatuto de “representante da África” devido à participação proativa em fóruns multilaterais e organizações internacionais. Sendo assim, o país sul-africano reúne na prática uma maior sinergia com o propósito dos BRICS, que é promover na ordem internacional a inserção multilateral, institucional e diplomática

neste estudo para fins comparativos. Sendo assim: 1) desde 2011 a economia sul-africana sofreu forte instabilidade que levou a uma severa recessão até 2016, com um decréscimo do PIB de US\$ 458,2 bilhões para US\$ 323, bilhões. Houve uma ligeira recuperação até 2018, atingindo um PIB de US\$ 404,8; por fim, houve outra recessão até 2019, com o PIB se encerrando com US\$ 387,9 bilhões (WORLD BANK, 2019); 2) a complexidade econômica da África do Sul sofreu uma redução notável (-0,15) desde o ingresso nos BRICS, mas permanece como a mais avançada do continente africano (OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2019); 3) a África do Sul substituiu totalmente seus três maiores destinos de exportações – em especial os Estados Unidos pela China na primeira posição da lista e 4) a China se tornou a maior parceira comercial da África do Sul após sua inserção nos BRICS.

Os dados apresentados acima apontam uma tendência em comum na história dos associados aos BRICS: com exceção de China e Índia, os BRICS se acomodaram em maior ou menor medida à condição de primário-exportadores e importadores de tecnologias. Conseqüentemente, Brasil e Rússia revelaram incapacidade para manter ou aumentar ritmos de crescimento compatíveis com as potencialidades naturais que possuem devido à indisposição interna para incrementar potencialidades artificiais. A África do Sul se mantém como um caso à parte, pois não representa uma potência natural, mas também sofre com instabilidades econômicas desde a crise de 2008 e não apresenta expectativas de recuperação.

Em geral, os dados também indicam que a China, para a maioria dos países do grupo, já era e permaneceu figurando entre seus maiores parceiros comerciais, enquanto outros integrantes do grupo não assumem posições semelhantes uns para os outros. Há um vácuo de potencialidades nas relações comerciais entre Brasil, Rússia, Índia e África do Sul que poderia ser preenchido pela proximidade conferida pelo agrupamento diplomático. Enquanto isso não acontece, todos os BRICS são relativamente dependentes da China, com exceção parcial da Índia, que se revelou como o participante mais comedido¹³.

As relações comerciais entre os BRICS em 2009 e 2019 indicam padrões interessantes para compreender as transformações nas formas de inserção desses países na economia mundial. Em 2009 o Brasil possuía relações superavitárias com todos os países dos BRICS,

dos países do sul global. Em seguida, devido à imagem internacional ativa, a África do Sul possui *soft power* relevante aos BRICS. E, por fim, o país tinha em 2011 uma estrutura econômica mais desenvolvida do que as de outros grandes países africanos, como Egito e Argélia, que têm complexidades econômicas abaixo de zero, e ainda se mantém como detentor da complexidade mais avançada do continente (RIBEIRO e MORAES, 2015).

¹³ A forma de “envolvimento moderado” da Índia nos BRICS pode ser explicada a partir da geopolítica do país. A Índia está inserida ambigüamente no Quad, que é a estratégia estadunidense de contenção à China, e tem uma disputa territorial por Aksai Chin não resolvida conforme seus interesses desde a guerra sino-indiana (1962).

mas em 2019 o comércio brasileiro apresentou esse resultado apenas nas relações com China e África do Sul. Surpreendentemente, as exportações do Brasil a todos os BRICS regrediram quantitativamente, com exceção da China, para quem triplicou tais valores comerciais, passando de US\$ 21 bilhões para US\$ 63,5 bilhões em exportações. E o Brasil sempre foi o componente dos BRICS que mais exportou à China, desde a fundação da associação até 2019¹⁴.

Em 2009 a Rússia experienciou apenas uma relação superavitária com a Índia e uma relação comercial de paridade com a África do Sul, porém em 2019 passou a ter relações superavitárias com todos, exceto com a África do Sul. A Rússia só aumentou suas vendas internacionais aos BRICS: quase dobrou suas exportações ao Brasil, à Índia e à África do Sul, enquanto mais que triplicou suas exportações à China, para quem comercializou US\$ 16,6 bilhões em 2009 e US\$ 58,1 bilhões em 2019.

No ano de 2009 a Índia apresentou relações deficitárias com todos os BRICS e reverteu esse quadro em 2019, apenas na relação com o Brasil. A Índia, assim como a Rússia, aumentou suas exportações a todos os integrantes dos BRICS. No entanto, foi o país que menos aumentou suas exportações à China, incrementando apenas US\$ 6,7 bilhões (menos até mesmo que a África do Sul, que tem uma escala muito menor).

A China em 2009 teve relações superavitárias com todos os BRICS, enquanto em 2019 as relações deficitárias foram com todos, exceto com a Índia, seu maior destino de vendas no grupo. A China mais que dobrou os valores de exportações a todos os BRICS, se aprofundando principalmente na relação com a Índia, que recebe as exportações mais robustas da China (US\$ 72,6 bilhões). Fora das dinâmicas dos BRICS, é válido acrescentar que dentro desse período, em 2013, a China se tornou o país com maior volume de comércio exterior no mundo, segundo o World Bank (2019).

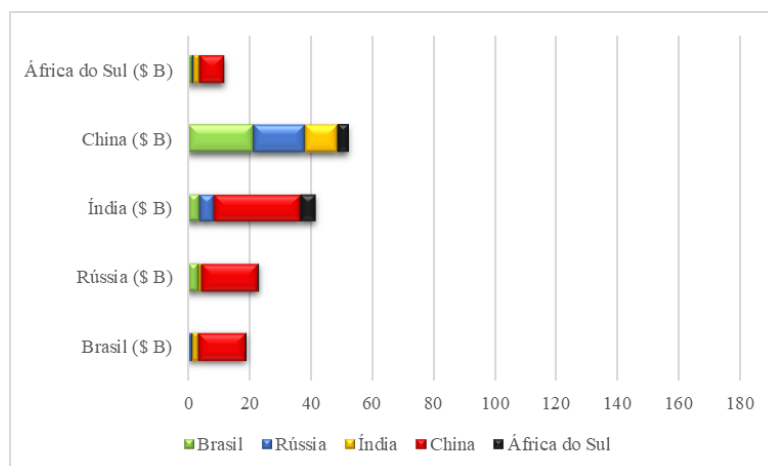
Em 2009 a África do Sul teve relações deficitárias com Brasil e China, de paridade com a Rússia e superavitária com a Índia. A África do Sul aumentou suas vendas ao Brasil e à Rússia em dimensões compatíveis com o porte de sua economia, contudo as quadruplicou em relação à China e reduziu razoavelmente tais valores à Índia, a substituindo pela China no posto de maior parceira comercial. As exportações da África do Sul à China partiram de US\$ 3,79 bilhões em 2009 para US\$ 16,7 bilhões em 2019.

Nos gráficos a seguir foram inseridos centralmente os valores a respeito de exportações, pois as importações ficam subentendidas pelos valores de exportações mostrados no elemento.

¹⁴ Ver gráficos 3 e 4.

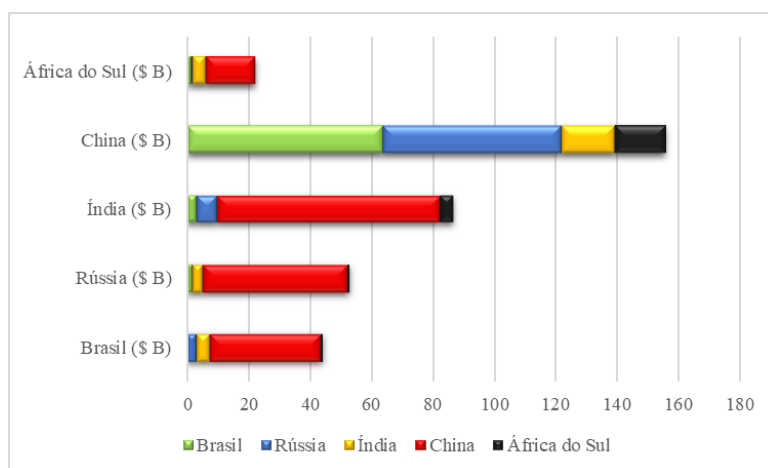
Por exemplo: as exportações do Brasil à China são as importações da China em relação ao Brasil. No eixo vertical há os exportadores e as cores das barras representam os importadores.

Gráfico 3: Exportações em bilhões de dólares entre os BRICS em 2009



Fonte: Observatory of Economic Complexity

Gráfico 4: Exportações em bilhões de dólares entre os BRICS em 2019



Fonte: Observatory of Economic Complexity

Em adição aos dados relativos ao comércio exterior deve ser inserida a quantidade de investimentos estrangeiros diretos realizada mutuamente pelos países dos BRICS. Contudo, devido à hipótese levantada neste trabalho, serão trazidos à tona dados tocantes ao aproveitamento de projetos do NBD e os valores dos investimentos realizados por chineses.

Em projetos, o Brasil figura com US\$ 5,97 bilhões aprovados, Rússia com US\$ 4,89 bilhões, Índia com US\$ 6,92 bilhões, China com US\$ 7,16 bilhões e África do Sul com US\$

5,75 bilhões (NEW DEVELOPMENT BANK, 2021). Há um aproveitamento desproporcional entre os membros, se forem consideradas as dimensões geográficas de cada um em relação ao valor dos projetos obtidos através do banco. Ainda que todos estes Estados, com exceção da África do Sul, possuam territórios extensos, China e Índia ultrapassam contingentes populacionais na casa de um bilhão de habitantes, enquanto os demais não passam de centenas de milhões. Mesmo assim, as disparidades no acesso aos fundos são pouco representativas, significando muito mais para as menores economias da comunidade de países.

De acordo com a plataforma *China Global Investment Tracker*, do *American Enterprise Institute* (2021), os investimentos e construções chineses canalizados aos membros dos BRICS totalizam US\$ 144,49 bilhões. Há um aproveitamento muito maior por parte do Brasil nos investimentos chineses em comparação com todos os demais membros (US\$ 57,76 bilhões), mas, por outro lado, é o segundo que menos recebe capital em construções (US\$ 5,94 bilhões). A Rússia é o segundo país que obtém mais investimentos chineses (US\$ 28,45 bilhões) e o que mais recebe capital em construções (US\$ 20,65 bilhões). A Índia certamente é o país com menor sensibilidade às canalizações de recursos da China, se levadas em conta suas dimensões geográficas-territoriais e humanas, sendo o terceiro colocado em investimentos (US\$ 15,09 bilhões) e construções (US\$ 9,58 bilhões). E finalmente, a África do Sul é o país com menor expressão tanto no setor de investimentos (US\$ 5,79 bilhões) como de construções (US\$ 1,23 bilhões). O total de investimentos em todos os BRICS é de US\$ 144,49 bilhões).

Tabela 1: Investimentos e construções chineses nos BRICS (2009-19)

País	Investimentos (\$ bi)	Construções (\$ bi)	Total (\$ bi)
Brasil	57,76	5,94	63,7
Rússia	28,45	20,65	49,1
Índia	15,09	9,58	24,67
África do Sul	5,79	1,23	7,02
Total	107,09	37,4	144,49

Fonte: American Enterprise Institute

Os investimentos chineses sobre os BRICS reafirmam padrões observados nas relações comerciais. Brasil e Rússia são os atores que mais aproveitam os investimentos chineses, se comparados com a Índia. E a África do Sul, não obstante, recebe investimentos compatíveis com seu porte geográfico. Sendo assim, o envolvimento moderado da Índia é corroborado, enquanto Brasil e Rússia se envolvem mais profundamente com os chineses. A Rússia, porém, em termos mais abrangentes sobre alinhamento à China, é o participante mais assíduo.

É válido observar que as presenças e ausências de membros dos BRICS na Iniciativa Cinturão e Rota¹⁵ explicam as dinâmicas de relacionamento diversas entre esse grupo de Estados. É válido sugerir que Brasil e Índia não participam do megaprojeto devido às pressões geopolíticas ocasionadas por suas inserções no sistema internacional. O Brasil também pode não ter sido convidado nos primórdios do projeto devido ao seu distanciamento geográfico, enquanto a ausência indiana não concebe essa justificativa, pois o Corredor Econômico China-Paquistão (o corredor visto como o mais relevante da iniciativa) tem proximidade territorial com tal país. Em geral, as razões geoestratégicas são plausíveis, se avaliados os padrões de alinhamento entre Brasil e Índia com os Estados Unidos na política internacional.

Por sua vez, Rússia e África do Sul são membros da iniciativa chinesa, com o primeiro tendo uma participação mais profunda devido ao fato de seu território ser ambiente de dois dos seis corredores econômicos que a moldam. A Rússia abriga o Corredor China-Mongólia-Rússia e a Nova Ponte Continental da Eurásia, o que cria condições para que investimentos robustos das iniciativas públicas e privadas da China sejam recebidos. Enquanto isso, a África do Sul não tem conexão direta com a estrutura geográfica do projeto, mas está aberta ao acesso pela Rota da Seda Marítima do Século XXI. Ironicamente, contudo, o Brasil não deixa, por isso, de ser destino de diversos investimentos de natureza chinesa. A conjuntura mencionada contribui para a compreensão sistemática da política externa multilateralista da China, mas há variáveis que ultrapassam o rótulo da Nova Rota da Seda.

A Iniciativa Cinturão e Rota e os BRICS possuem naturezas distintas, a Nova Rota da Seda é um megaprojeto de investimentos endógenos de obras de infraestrutura por iniciativa da China, enquanto os BRICS são originalmente um grupo diplomático informal e não institucionalizado, guiado por declarações produzidas por cúpulas anuais, apesar de ter avançado rumo à institucionalidade após a fundação do Novo Banco de Desenvolvimento em 2014 (BATISTA JUNIOR, 2019). Em seguida, ambas as iniciativas são complementares à estratégia de desenvolvimento chinês pelo multilateralismo.

A associação das conjunturas em torno de comércio exterior e investimentos entre os BRICS dentro do pressuposto de assimetria da economia chinesa exprime aspectos relevantes das estruturas dos países aqui estudados. Os dados levantados e relacionados reforçam a

¹⁵ A Iniciativa Cinturão e Rota, também chamada de Nova Rota da Seda ou *Belt and Road Initiative*, é um megaprojeto de construção de obras de infraestrutura dentro e fora da China que foi iniciado em 2013. Visa aprofundar conectividade logística e diplomática da China com países da Ásia, África e Europa - e países e organizações externas. Segundo Xi Jinping (2019, p. 348-9), possui cinco objetivos: 1) reforçar a comunicação a respeito das políticas; 2) reforçar a interconexão das estradas; 3) reforçar o livre fluxo de comércio; 4) reforçar a circulação da moeda e 5) aumentar o entendimento entre os povos.

hipótese desta breve avaliação sobre o porquê dos avanços da China em relação aos demais associados aos BRICS: a capacidade de complexificação por meio de políticas industriais é uma chave de desenvolvimento econômico. Mas os porquês para as políticas industriais estarem presentes ou ausentes nas agendas econômicas e de desenvolvimento de cada país devem ser discutidos nos tópicos seguintes.

A NOVA ECONOMIA DO PROJETAMENTO COMO FATOR DISTINTIVO DA CHINA

Existe uma literatura recente que vem desafiando o senso comum em torno da concepção de que a China corresponderia a um modelo econômico “capitalista de Estado” e propondo a aceitação da compreensão deste em seus próprios termos. Sendo assim, a China estaria inaugurando uma nova formação econômico-social na história.

Atualmente, China, Vietnã, Laos, Coreia do Norte e Cuba seriam formações econômico-sociais de orientação socialista. De maneira mais específica, contudo, China, Vietnã e Laos representam economias planejadas de orientação socialista de mercado. São sistemas socioeconômicos mistos em que os mecanismos de mercado baseados nos preços e na lei do valor compõem a forma predominante de regulação no curto prazo, há planejamento estatal direto e indireto sobre a economia através de abordagens superiores às dos países capitalistas, e seus governos identificam oficialmente o socialismo como objetivo no longo prazo (JABBOUR e GABRIELE, 2021, p. 32-4).

A definição nominal da formação econômico-social em vigor na China, que corresponde ao “socialismo com características chinesas” (XI, 2019), deveria ser compreendida enquanto uma modalidade do socialismo de mercado, pois o conceito de “capitalismo de Estado” tem um sentido vazio na medida em que as instituições de mercado e a moeda são formulações originalmente estatais. Além disso, a experiência chinesa se distingue do estrito desenvolvimentismo dirigido pelo Estado porque nesse caso o Partido Comunista Chinês vem tendo uma influência crescente e decisiva sobre o poder de decisão das empresas privadas por meio de mecanismos públicos e financeiros diretos e indiretos. Outras manifestações de economia híbrida dispõem de primazia do empresariado sobre o Estado (JABBOUR e GABRIELE, 2021, p. 120-1).

Entretanto, a formação econômico-social chinesa deve ser avaliada enquanto uma manifestação embrionária, em fase inicial de transição, que indica um passo inicial para a conformação de um novo sistema social e econômico (XI, 2019). Esta iniciativa está inserida, porém, em uma estrutura global em que o modo de produção dominante é capitalista e regido

por formas ideológicas liberais na maior parte do mundo. A China e os outros países citados representam contrapontos qualitativos, mas que ainda cedem à necessária tarefa de adaptação ao meio. As superestruturas dessas nações oferecem intervenções alternativas sobre a estrutura definida pelo metamodo de produção.

As burguesias de países que aderiram ao modelo econômico em vigor na transição do período pós-guerra fria, em geral, transitaram de um transformismo industrial para um de cunho financeiro. A financeirização e o rentismo substituíram abordagens político-econômicas produtivistas. Em termos de Keynes (2017), houve uma movimentação do tom de "*animal spirit*" para o de "*love of money*". Este seria um fator de distinção da formação econômico-social chinesa em comparação com as formações do Brasil, da Rússia, da Índia e da África do Sul.

Abstraindo a categoria de formações econômico-sociais, a lei do valor e o conceito de modo de produção, Jabbour e Gabriele (2021) fazem uma resignificação de Marx (2016) em torno das explicações sobre formações de preços de produção, produtividade, distribuição de renda e acumulação de capital. Em seguida, os autores desenvolvem o conceito de “metamodo de produção” pela abstração do mercado em uma processualidade de longa duração enquanto categoria pré-capitalista e não constrangedora à orientação de uma economia socialista. A substância das formas de organização e produção humana deve, então, dar espaço para formas de planificação dinâmicas e diversificadas em prol do avanço das forças produtivas para que haja transição para um novo modo de produção em longo prazo (MARX, 1983). Pela visão de metamodo de produção:

No nível das formações econômico-sociais, cada “unidade” das relações sociais de produção e troca pode ser vista como o particular, a síntese de múltiplas determinações — inclusive dos diferentes modos de produção que coexistem em uma mesma formação econômico-social (JABBOUR e GABRIELE, 2021, p. 74).

Os processos de complexificação por inovações e avanços tecnológicos passados pela China em função das forças produtivas podem ser avaliados pelas contribuições de Gerschenkron (2015), além de outros autores que exploram processos de desenvolvimento econômico, como Keynes (2017), conforme explicitam Jabbour e Paula (2018). Gerschenkron se dispõe a avaliar o processo de desenvolvimento industrial de cada país e os níveis de produção e organização de cada um dentro de seus próprios termos e limites, pois isso expressa a dinâmica interna de cada escala.

Em seguida, cada país adota medidas institucionais próprias para suprir os seus próprios problemas associados à limitação da industrialização “original” e poder alavancar o seu país para o “avanço”. A acumulação primitiva não deve ser generalizada, pois não há só um caminho para um arranco produtivo e complexo. No caso chinês, a “Nova Economia do Projeto” atinge sua conformação através de suas instituições próprias e específicas (JABBOUR e DANTAS, 2021).

No caso da China, o “particular” pode ser expresso por instituições econômico-sociais que representam a persistência do legado da era de Mao Zedong ou ressignificações flexíveis, mas ainda adequadas a uma abordagem econômica de projeto mesmo após as políticas da Reforma e Abertura que foram iniciadas em 1978, alterando flexivelmente as formas de propriedade do país (POMAR, 2003).

O sistema financeiro chinês é predominantemente estatal e 98% das ações bancárias são estatais (CHIU e LEWIS, 2006). Há cinco grandes bancos estatais de desenvolvimento, o regime cambial é semifixo e a China possui a maior reserva cambial do mundo. Esses são reflexos de uma “soberania monetária”, que é uma variável-chave para o desenvolvimento econômico do país a partir da proteção contra crises e da garantia de pleno emprego. O conjunto em questão forneceu uma blindagem diante da crise financeira global de 2008.

A Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais do Conselho de Estado¹⁶ é a principal inovação institucional chinesa que permite que haja coexistência de diferentes modos de produção no país e uma coordenação direta e indireta do Estado por trás do organismo econômico como um todo. Foi criada em 2003 enquanto um componente posterior das políticas de reforma e abertura em substituição a nove ministérios relacionados à indústria e à tecnologia.

Trata-se de uma instituição de coordenação do projeto nacional de desenvolvimento chinês, alinhada aos planos quinquenais e voltada aos ativos estatais dos Grandes Conglomerados Empresariais Estatais (GCEE). É a entidade que figura como a maior investidora dos GCEE, além de se responsabilizar por medidas sociais do macrossetor não produtivo (necessário ao desenvolvimento humano) e por políticas industriais. Dessa maneira,

¹⁶ Frequentemente não traduzida do inglês, é mencionada com o título *State-owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council* ou com a sigla SASAC. Esta comissão estabelece e regulamenta procedimentos para auxiliar agentes econômicos a compartilhar objetivos através do design de procedimentos de seleção realizados pelos diretores de estatais. Fundada em 2003, foi a conjuntura estatal que assumiu o controle da agenda de suas reformas para que processos de privatização e de liberalização da economia chinesa fossem freados na década de 2000. Desse modo, desde então, as estatais se inseriram com vantagens no mercado dentro das dinâmicas de concorrência, evidenciando o elo entre economia e política com primazia deste.

recursos e empresas estratégicas (como as três principais companhias de petróleo da China) estão centralizadas a fim dos grandes projetos industriais nacionais.

A SASAC estabelece e regulamenta procedimentos para auxiliar agentes econômicos a compartilharem objetivos através do *design* de procedimentos de seleção realizados pelos diretores das estatais. Foi a conjuntura estatal que assumiu o controle da agenda das reformas das estatais para que processos de privatização e de liberalização da economia chinesa fossem refreados. Desse modo, as estatais se inseriram com vantagens no mercado dentro das dinâmicas de concorrência, evidenciando o elo entre economia e política com primazia deste último.

Os Grandes Conglomerados Empresariais Estatais (GCEE) expressam a centralidade estatal no projeto econômico chinês que explora as potencialidades de aumento de complexidade produtiva. Os GCEE estão na fronteira tecnológica chinesa no contexto de ascensão do país ao posto de segunda maior economia do globo. Estas instituições compõem o setor socialista da economia dentro das dinâmicas do setor financeiro nacional e público. Esses conglomerados estatais ocupam uma função altamente produtiva e se inserem no mercado enquanto atores concorrentes de peso, exercendo tarefas de planificação compatível com o mercado.

O resultado da presença dos GCEE na economia chinesa é uma combinação entre Estado, instituições semiautônomas e formas mistas de capital. O Estado acaba por assumir o papel de “empreendedor em chefe”, lançando pacotes de investimentos e injetando capital no macrossetor produtivo por vias estratégicas. Diante disso, sintetizam Jabbour e Gabriele:

- 1) Em nenhum lugar do atual mundo capitalista grandes e numerosas empresas estatais estão localizadas no núcleo produtivo nacional;
- 2) em nenhum grande país capitalista do mundo o Estado tem tamanha capacidade de coordenação do investimento por meio de empresas públicas como a China;
- 3) em nenhum país do mundo dezenas de empresas estatais estão a serviço de uma estratégia global que envolva investimentos da ordem de trilhões de dólares, conforme o exemplo do projeto “Um Cinturão, Uma Rota”;
- 4) em nenhum país do mundo o controle sobre este tipo de ativo tem obedecido a critérios puramente políticos e estratégicos em detrimento do lucro, puro e simples (2020, p. 179).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão trazida neste artigo articulou a história dos BRICS a partir dos dados comerciais e financeiros de 2009 e 2019 relativos aos membros do grupo com o conceito de Nova Economia do Projetamento. As explicações teóricas convergem na medida em que

evidenciam que há distinção entre o modelo econômico chinês e os modelos dos demais membros dos BRICS.

Os avanços econômicos chineses são explicados por uma estrutura nacional alinhada e adaptada à estrutura nacional mediante a coexistência de diferentes modos de produção. O dinamismo conferido pela estratégia de desenvolvimento da China justifica a distinção da China entre os BRICS. Por um lado, há uma aposta em inovações institucionais e produtivas por parte do país asiático e por outro há uma aceitação generalizada dos moldes propostos pelo Consenso de Washington.

Entretanto, é válido observar que a adaptação chinesa à estrutura globalizada acarreta consequências automáticas. Enquanto a superpotência asiática em processo de proeminência global deu andamento ao seu processo de expansão, Brasil, Rússia e África do Sul enfrentaram estagnações na medida em que foram incapazes de dinamizar suas capacidades produtivas, permitiram tornarem-se dependentes da economia chinesa e se especializaram em setores restritos de produtividade. Os dados de complexidade econômica dos BRICS em geral revelam um panorama nocivo ao grupo, com exceção de China e Índia.

A Índia foi capaz de se manter menos dependente, mas ainda carece de desenvolvimento econômico e social. A estrutura produtiva indiana é favorável, tendo o aumento da complexidade econômica, mas a atual superestrutura (no sentido da metáfora marxiana do edifício) revela disposições pouco desenvolvidas e de difícil articulação para que haja máximo aproveitamento em avanços materiais e sociais do país.

Sendo assim, a China se expressa como uma economia avançada, que explora o máximo de suas potencialidades, e que tem os BRICS como uma parte de um conjunto de iniciativas de desenvolvimento a partir do exterior. A política externa chinesa se articula com seu projeto nacional de desenvolvimento, a favorecendo de maneira ímpar.

As concepções econômicas das instituições e agrupamentos sociais internos no Brasil, na Rússia, na África do Sul e na Índia, contudo, apresentam noções comuns, limitadas e auto restritivas. Os BRICS necessitam desenvolver novas estratégias de desenvolvimento, mais autônomas e que recuperem suas complexidades econômicas. O próprio grupo diplomático poderia e deveria trazer essa discussão à tona em suas próximas cúpulas.

A resposta à questão-problema sobre "por que a economia chinesa foi a que mais se desenvolveu nos BRICS durante o período de 2009 a 2019", conclusivamente, pode ser respondida pela hipótese de que a criação dos BRICS representou uma movimentação rumo a um patamar de interdependência assimétrica centrada na China que, contudo, poderia ser flexibilizada de acordo com as estratégias de desenvolvimento de cada associado. Os avanços

mais ou menos consistentes dos BRICS de 2009 a 2019 são determinados principalmente por razões endógenas, com o grupo diplomático servindo como um meio auxiliar a todos dentro de seus limites e respeitando as soberanias dos atores envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. **O Brasil não cabe no quintal de ninguém: bastidores da vida de um economista brasileiro no FMI e nos BRICS e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira-lata**. São Paulo: Leya, 2019.

BRICS INFORMATION CENTRE. **The 6th BRICS Summit: Fortaleza Declaration**. Toronto, 2014. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/140715-leaders.html>. Acesso em: 2 jan. 2022.

CAPARROZ, Roberto. **Comércio internacional e legislação aduaneira esquematizado**. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2018.

CHIU, Becky; LEWIS, Mervyn. **Reforming China's state-owned enterprises and banks**. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2006.

GERSCHEKRON, Alexander. **O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios**. Rio de Janeiro, Editora Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2015.

HAUSMANN, Ricardo et al. **The atlas of economic complexity: Mapping paths to prosperity**. Massachusetts: Mit Press, 2014.

HIDALGO, César A. Economic complexity theory and applications. **Nature Reviews Physics**, Londres, v. 3, n. 2, p. 92-113, 2021.

HIDALGO, César A. **Why information grows: The evolution of order, from atoms to economies**. Nova Iorque: Basic Books, 2015.

JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando de. A China e a “socialização do investimento”: uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 22, 2018.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: O Socialismo do Século XXI**. São Paulo, Boitempo, 2021.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Ignacio Rangel na China e a “Nova Economia do Projetoamento”. **Economia e Sociedade (UNICAMP)**, Campinas, v. 30, p. 287-310, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2021v30n2art01>

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2017.

- MACROTRENDS. **China GDP – 1960-2020**. [S.I.], 2020. Disponível em: <https://www.macrotrends.net/countries/CHN/china/gdp-gross-domestic-product>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- MADDISON, Angus. **Chinese Economic Perform in the Long Run**. 2. ed. Paris: OECD Development Centre Studies, 2007.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins fontes, 1983.
- MARX, Karl. **O capital - Livro 1: O processo de produção do capital**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2016.
- MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs o setor privado**. São Paulo, Portfolio-Penguin, 2014.
- OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Brazil**. Massachusetts, 2019. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/bra>. Acesso em: 3 jan. 2022.
- OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **China**. Massachusetts, 2019. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/chn>. Acesso em: 3 jan. 2022.
- OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Country Rankings (ECI)**. Massachusetts, 2019. Disponível em: <https://oec.world/en/rankings/eci/hs6/hs96>. Acesso em: 3 jan. 2022.
- OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **India**. Massachusetts, 2019. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/ind>. Acesso em: 3 jan. 2022.
- OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Russia**. Massachusetts, 2019. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/rus>. Acesso em: 3 jan. 2022.
- OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **South Africa**. Massachusetts, 2019. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/zaf>. Acesso em: 3 jan. 2022.
- O'NEILL, Jim et al. Building better global economic BRICs. **Goldman Sachs Economic Research Group**, v. 66. 2001.
- PETROBRAS. **Pré-sal**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>. Acesso em 3 jan. 2022.
- POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. São Paulo: Unesp, 2003.
- RIBEIRO, Elton Jony Jesus; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. De BRIC a BRICS: como a África do Sul ingressou em um Clube de Gigantes. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 37, p. 255-287, 2015.
- ROSENBERG, Nathan. **Por Dentro da Caixa-Preta – Tecnologia e Economia**. Campinas, Editora Unicamp, 2006.

SISTEMAS DE COMÉRCIO EXTERIOR. **Sistema Harmonizado**. Brasília, 2021. Disponível em: <http://siscomex.gov.br/aprendendo-a-exportar/planejando-a-exportacao/classificando-mercadorias/sistema-harmonizado/>. Acesso em: 2 jan. 2022.

WORLD BANK. **GDP (Current US\$)**. Washington, D.C., 2019a. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2019&start=2009>. Acesso em: 3 jan. 2022.

WORLD BANK. **Poverty headcount ratio at national poverty lines (% of population) - China**. Washington, D.C., 2019b. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.NAHC?locations=CN>. Acesso em: 3 jan. 2022.
XI, Jinping. **A Governança da China**. Pequim: Foreign Language Press, 2019.